



1 Ata da 79ª reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alfenas -  
2 UNIFAL-MG, no dia **31 de julho de 2013**.

3 No dia trinta e um de julho do ano de dois mil e treze, às 9h10min, reuniram-se no Auditório  
4 Leão de Faria sob a presidência do Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva, os seguintes  
5 conselheiros: Professores Adriano Pereira dos Santos, Alberto José Arab Olavarrieta,  
6 Alessandro Antônio Costa Pereira, Angela Leite Moreno, Artur Justiniano Roberto Júnior,  
7 Cássia Carneiro Avelino, Cláudio Antônio de Andrade Lima, Fábio Luiz Pissetti, Francisca  
8 Isabel Ruela, Gustavo Ximenes Cunha, Iraí Santos Júnior, Jorge Kleber Chavasco, Leandro  
9 Rivelli Teixeira Nogueira, Leonardo César Carvalho, Leonardo Henrique Costa, Magali  
10 Benjamim de Araújo, Mânio de Carvalho Tibúrcio, Maria Betânia Tinti de Andrade, Maria  
11 Silvana Totti da Costa, Paulo Alexandre Bressan, Paulo César de Oliveira (compareceu às  
12 10h16min), Paulo Denisar Vasconcelos Fraga, Paulo Roberto Rodrigues de Souza  
13 (compareceu às 9h54min), Pedro Rehder Filho, Ricardo Radighieri Rascado, Roberto  
14 Bertholdo, Simonton de Andrade Silveira, Tânia Mara Rodrigues Simões, Tomaz Henrique  
15 Araújo e Wellington Ferreira Lima, os representantes dos Técnico-administrativos em  
16 Educação (TAE's), Eliane Silva de Sousa, Sérgio Andrade Borges e Vanja Myra Barroso  
17 Vieira da Silveira e o representante discente Antônio Augusto Garcia Veríssimo.  
18 Justificaram suas ausências os conselheiros Cássius Anderson Miquele de Melo, Deíse Inês  
19 Landre, Eduardo Tonon de Almeida, Marcos Vinícius Rodrigues e Ronaldo Luiz Mincato. O  
20 Prof. Marcos Roberto de Faria foi convidado para participar desta reunião, que foi  
21 convocada para tratar do seguinte assunto: **a) Programa de Assistência Estudantil da**  
22 **UNIFAL-MG** – O Presidente do Conselho justificou a convocação extraordinária, solicitada  
23 pelo Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace), Prof. Alessandro Antônio  
24 Costa Pereira e fez as seguintes colocações: considerando que os Ocupantes da Reitoria da  
25 UNIFAL-MG e a Reitoria da UNIFAL-MG não chegaram a um acordo durante as  
26 apresentações de reivindicações e de propostas; considerando-se as críticas contundentes dos  
27 Ocupantes da Reitoria à Prace, críticas à conduta, especialmente na distribuição dos  
28 benefícios aos discentes; considerando-se as críticas à falta de transparência, à apresentação  
29 de dados obscuros, informações e dados incongruentes e considerando a afirmação de que a  
30 Reitoria da UNIFAL-MG reuniu-se com os ocupantes apenas após a intervenção de docentes  
31 que apoiam o movimento, um dos motivos desta manifestação aqui no Conselho, propõe ao  
32 Consuni, a designação de uma Comissão formada por seus conselheiros para conhecer a  
33 Assistência Estudantil até então adotada na UNIFAL-MG, atuando numa sindicância com as



34 seguintes ações, entre outras: analisar o histórico da assistência estudantil na UNIFAL-MG;  
35 analisar os documentos da Prace (atas, editais, número e tipos de auxílios concedidos, folhas  
36 de pagamento, entre outros) sendo que alguns documentos estão disponíveis na página  
37 eletrônica da Pró-Reitoria; conhecer o trabalho da Assistência Social e os critérios adotados  
38 na concessão dos auxílios; especialmente dos Editais 01 e 02 de 2013; conhecer os casos de  
39 auxílios imediatos a alunos com vulnerabilidade socioeconômica e que não poderiam  
40 aguardar pelos Editais; investigar se há casos de evasão pela não concessão de benefícios;  
41 confrontar a realidade da Assistência Estudantil na UNIFAL-MG com outras IFES; conhecer  
42 nominalmente cada aluno não assistido e o motivo da não assistência; investigar se houve e  
43 quais foram os erros nos processos de seleção de discentes para receberem os auxílios; após  
44 estas e outras ações apresentar ao Consuni um relatório final para desobscurecer os dados  
45 informados pela Reitoria nas apresentações de suas propostas aos Ocupantes da Reitoria.  
46 Comentou que, em relação ao futuro da Política de Assistência Estudantil da UNIFAL-MG,  
47 desde 24 de julho, antes da referida ocupação, a Prace tomou a iniciativa de solicitar, por  
48 escrito, ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) a apresentação de nomes para compor  
49 uma comissão para a elaboração desta Política, em 30 (trinta) dias e de seu encaminhamento  
50 para deliberação neste Conselho. A conselheira Eliane Silva de Sousa questionou a ausência  
51 das Assistentes Sociais nesta reunião, relatou a respeito da sobrecarga de trabalho da  
52 Assistente Social lotada no *campus* de Poços de Caldas e dos deslocamentos frequentes das  
53 Assistentes Sociais lotadas em Poços de Caldas e Varginha para realizarem atendimento em  
54 Alfenas, prejudicando os trabalhos realizados nos três *campi* e comentou também sobre a  
55 necessidade de uma equipe qualificada na Prace. O conselheiro Sérgio Andrade Borges  
56 questionou o porquê de constituir uma comissão para atender a solicitação da Prace, se a  
57 Instituição tem Auditoria Interna e pediu que se deliberasse para que a mesma realizasse a  
58 auditoria para posterior avaliação do Consuni. O acadêmico Antônio Augusto Garcia  
59 Veríssimo assinalou que a motivação para ocupação se deu com um processo iniciado por  
60 uma pauta de reivindicações, cujas respostas foram simples demais pela complexidade dos  
61 questionamentos e erros que estavam ocorrendo na Prace, que somente descobriu os seus  
62 reais problemas, após essa ocupação. Comentou que a apresentação dos dados apresentados  
63 pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), a  
64 respeito da concessão de bolsas pela Prace, foi inaceitável e que ficou inviável uma  
65 contraproposta do movimento. Solicitou, em nome do movimento, o direito de resposta a  
66 “Nota de Esclarecimento à Comunidade”, que deverá ser publicada na página eletrônica,



67 mesmo após a desocupação. O Prof. Tomaz Henrique Araújo alertou que os dados  
68 apresentados pelos discentes são preocupantes e indagou da possibilidade de  
69 complementação orçamentária para essa ação estudantil. O Presidente do Conselho  
70 respondeu que, atendendo pedido dos alunos, a Proplan encaminhou um Plano de Trabalho  
71 solicitando adicional de recursos para a assistência estudantil, considerando também a  
72 previsão de mais um edital para os alunos ingressantes a partir do segundo semestre de 2013.  
73 Neste momento, o Conselho concedeu a palavra ao Prof. Marcos Roberto de Faria, que foi  
74 Pró-Reitor da Prace até o primeiro semestre deste ano e que mencionou que sua saída foi  
75 motivada somente por questões pessoais, apesar da coincidência dos problemas ocorridos na  
76 Pró-Reitoria e justificou que, com os ingressantes e pelo sistema de cotas, se continuasse  
77 pagando os mesmos valores atribuídos ao programa, não teria como atender toda a demanda  
78 com o orçamento previsto. Apresentou um histórico da Prace, relatando todo o trabalho  
79 executado, mesmo contando com poucos funcionários, afirmou que gostaria que as  
80 condições do ano anterior continuassem neste ano e manifestou que o período que esteve  
81 como Pró-Reitor está aberto para averiguações que se fizerem necessárias. Ressaltou que as  
82 reuniões da Prace, registradas em ata, são realizadas com a presença do DCE e acrescentou  
83 que foi por conta do movimento de greve do ano passado e com as adequações  
84 orçamentárias necessárias que o número de beneficiários foi estendido, o que não pôde ser  
85 feito nos editais de 2013. Neste momento, registramos o comparecimento do conselheiro  
86 Paulo Roberto Rodrigues de Souza. O conselheiro Antônio Augusto Garcia Veríssimo  
87 ponderou que a Prace deve ser uma Pró-Reitoria forte, assegurando assim, a permanência do  
88 aluno na Instituição. Solicitou que essa revisão seja executada de maneira rápida e apesar da  
89 ciência dos problemas existentes, tais como contratação para substituir a assistente social  
90 afastada, pouca verba, dentre outras, rogou empenho político da Reitoria pelas considerações  
91 feitas durante a ocupação. O Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva reiterou o empenho da  
92 Administração na tentativa de arrecadar recursos extras orçamentários e afirmou que a  
93 influência de políticos para liberação de recursos acontece somente quando das emendas  
94 parlamentares, o que não ocorre nas solicitações por Planos de Trabalhos. A Profa. Francisca  
95 Isabel Ruela comentou que a fala do Prof. Marcos Roberto de Faria foi esclarecedora, no que  
96 diz respeito que o programa realmente não conseguiu atender a totalidade dos alunos, que  
97 desde o início, contestaram a apresentação dos dados apresentados pela Prace. Cogitou que,  
98 com o trabalho da Auditoria, se possa fazer projeções para que uma política assistencial mais  
99 efetiva e percebeu que os alunos sentem falta de esclarecimentos quanto aos critérios de



100 classificação do perfil para recebimento das bolsas. Com relação ao afastamento da  
101 Assistente Social para capacitação, manifestou que deveria ter sido substituída a tempo, por  
102 desempenhar uma função tão específica inerente ao cargo. Neste momento, registramos o  
103 comparecimento do conselheiro Paulo César de Oliveira. O Presidente do Conselho explicou  
104 que não há possibilidade de contratar um técnico-administrativo substituto e que a Reitoria  
105 já solicitou várias vezes o aumento do número de vagas para servidores TAE's. Justificou  
106 que a não contratação de laudos emergenciais não foi efetivada, considerando que a  
107 Instituição conta com duas Assistentes Sociais, lotadas nos *campi* de Varginha e Poços de  
108 Caldas. O Prof. Paulo Alexandre Bressan defendeu a parte administrativa nas negociações,  
109 que no seu entendimento, teve disposição para o diálogo e considerou um excesso a maneira  
110 como a ocupação aconteceu. A conselheira Ângela Leite Moreno sugeriu que a Prace utilize  
111 um "checklist" no momento da entrega, por parte dos alunos, da documentação necessária  
112 para solicitação da assistência estudantil. O Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva informou  
113 que a partir do próximo edital, o resultado será divulgado constando nominalmente todos os  
114 beneficiados e não mais o número de matrícula. Sobre a fala do Prof. Paulo Alexandre  
115 Bressan, o conselheiro Antônio Augusto Garcia Veríssimo assegurou que a Administração  
116 propôs um diálogo, mas que não aconteceu da maneira ideal porque os alunos e Reitoria  
117 argumentavam pontos de vista diferentes e que se não tivesse ocorrido essa pressão por parte  
118 dos discentes, esta reunião não estaria acontecendo. Reiterou que os relatórios apresentados  
119 pela Assistente Social sejam mais explícitos e rogou urgência na análise dos documentos por  
120 parte da Auditoria e dos pedidos indeferidos anteriormente, que sejam novamente  
121 analisados. O Prof. Wellington Ferreira Lima alegou preocupação com a convocação desta  
122 reunião, que no seu entendimento, deveria ter sido encaminhada antes da efetivação pelas  
123 vias judiciais. Comentou que alguns docentes do Instituto de Ciências Humanas e Letras  
124 (ICHL) ficaram temerosos que ocorressem animosidades (pelos discentes e pela Polícia) na  
125 desocupação da Reitoria e que sentiram envergonhadas no momento que a Polícia Federal  
126 fez a chamada nominal dos alunos do DCE. O Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva  
127 apresentou as seguintes justificativas: que desde o início do movimento a Reitoria buscou o  
128 diálogo; como Reitor sempre deixou que todos os segmentos se manifestassem; considerou  
129 que seria obrigação, enquanto administração, expedir a "Nota de Esclarecimento à  
130 Comunidade" e que deixou muito claro o porquê acionaria as vias judiciais, pois apesar de  
131 considerar legítimo o movimento e estratégia do DCE, a Universidade tinha direito de  
132 continuar funcionando. Neste momento, o Conselho concedeu a palavra ao discente Dérik



133 Filipe Ferreira Rosa que assegurou que essa situação extrema do movimento foi uma  
134 tentativa para que a Prace se fortaleça enquanto Pró-Reitoria e que o DCE foi violentamente  
135 pacífico nesta ocupação. Após considerações o Consuni decidiu, por unanimidade, que a  
136 Auditoria Interna, proceda no prazo de 30 (trinta) dias, a averiguação dos dados e  
137 apresentação de um relatório das considerações constantes na solicitação da Prace. Esta  
138 reunião encerrou-se às 11h14min. Nada mais a registrar, eu, Adriana Teófilo Silva Vieira,  
139 Secretária Geral, lavrei a presente ata que segue assinada:

140 Prof. Paulo Márcio de Faria e Silva

141 Prof. Adriano Pereira dos Santos

142 Prof. Alberto José Arab Olavarrieta

143 Prof. Alessandro Antônio Costa Pereira

144 Profa. Ângela Leite Moreno

145 Acad. Antônio Augusto Garcia Veríssimo

146 Prof. Artur Justiniano Roberto Júnior

147 Profa. Cássia Carneiro Avelino

148 Prof. Cláudio Antônio de Andrade Lima

149 TAE Eliane Silva de Sousa

150 Prof. Fábio Luiz Pissetti

151 Profa. Francisca Isabel Ruela

152 Prof. Gustavo Ximenes Cunha

153 Prof. Iraí Santos Júnior

154 Prof. Jorge Kleber Chavasco

155 Prof. Leandro Rivelli Teixeira Nogueira

156 Prof. Leonardo César Carvalho

157 Prof. Leonardo Henrique Costa

158 Profa. Magali Benjamim de Araújo

159 Prof. Mânio de Carvalho Tibúrcio

160 Profa. Maria Betânia Tinti de Andrade

161 Profa. Maria Silvana Totti da Costa

162 Prof. Paulo Alexandre Bressan

163 Prof. Paulo César de Oliveira

164 Prof. Paulo Denisar Vasconcelos Fraga

165 Prof. Paulo Roberto Rodrigues de Souza



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Universidade Federal de Alfenas . UNIFAL-MG**  
**SECRETARIA GERAL**



- 166 Prof. Pedro Rehder Filho
- 167 Prof. Ricardo Radighieri Rascado
- 168 Prof. Roberto Bertholdo
- 169 TAE Sérgio Andrade Borges
- 170 Prof. Simonton de Andrade Silveira
- 171 Profa. Tânia Mara Rodrigues Simões
- 172 Prof. Tomaz Henrique Araújo
- 173 TAE Vanja Myra Barroso Vieira da Silveira
- 174 Prof. Wellington Ferreira Lima
- 175 Sra. Adriana Teófilo Silva Vieira (Secretária Geral)